



**Para um país,
modernidade
deve ser
sinônimo de
prosperidade
à sociedade**

O Plano Real está completando um ano. Como plano emergencial de combate à inflação, muitas foram suas conquistas. O País deixou de conviver com um nível anual de preços em torno de 5.000% para a estimativa de 30% neste ano.

A população de baixa renda, que não tem qualquer defesa contra as taxas de inflação, foi favorecida. No entanto, existem grandes ameaças à frente que poderão desestruturar o andamento do real. Refiro-me a dois aspectos fundamentais: assegurar a estabilidade cambial, reduzindo o potencial de déficit na balança comercial; e desindexar preços, salários, contratos e o mercado financeiro. Temo imprudência nesta fase de ajustamento macroeconômico tanto no que diz respeito ao rumo da banda cambial, como sobre a velocidade e a amplitude da desindexação. Minha preocupação pela imprudência prende-se ao modismo dos pressupostos neoliberais que advogam ter o remédio para todos os males do atraso socioeconômico brasileiro.

A abertura econômica, bem como sua integração em mercados regionalizados, deve fazer parte da estratégia de crescimento da economia brasileira. Tenho defendido a importância do ingresso do País na economia globalizada, mas de forma inteligente: criar condições reais de competitividade internacional, ou seja, contar com um elevado nível de investimentos e de poupança interna; orçamento público condizente com o crescimento desejado, sem déficit de curto prazo; aumentar, substancialmente, investimentos no capital humano nacional; eliminar a miséria; e prover um nível adequado de saúde pública. Essas condições não existem.

O Plano Real tem um alcance pequeno, mas importante: ele trata unicamente de terminar com todos os mecanismos que levaram o País à superinflação e, por decorrência, ao empo-

brechimento social. Não é um programa de crescimento socioeconômico. Quando muito, poderá criar essas condições. Mas como evitar que possa ser mais um engodo semelhante aos planos anteriores?

Uma coisa é certa, na ausência da política fiscal para amenizar o nível atual de consumo, a opção pelo uso dos instrumentos de política monetária, praticando as mais altas taxas de juro do mercado mundial e o mais eficiente controle sobre o crédito ao consumo e à produção, seguramente, deslocará os investimentos do setor privado, comprometendo o crescimento econômico no longo prazo. Não há condições políticas para o País suportar mais um governo que não promova estabilidade com crescimento econômico.

Nesses termos, para assegurar o sucesso do Plano Real, será necessário realizar mais uma rodada de ajustamento macroeconômico. Isso deverá consistir em medidas que possam reduzir o nível de crescimento atual da demanda agregada; minimizar a presença da política monetária no controle do consumo, e evitar o deslocamento dos investimentos direcionados ao aumento da capacidade de produção; deslizar, no curto prazo, a variação da banda cambial para um nível de taxa de câmbio que permita à balança comercial manter saldos positivos, bem como a entrada de capitais internacionais; e desindexar gradualmente a economia.

A causa principal do aumento da demanda agregada tem sido o crescimento real da renda da classe média motivada pela queda da inflação. Portanto, sem o auxílio da política fiscal restritiva sobre a renda disponível, que é neutra em relação à taxa de juro, a única forma possível será por meio de uma redução nos salários. Tenho sugerido que se faça um empréstimo sobre o salário líquido da classe média. Esse recurso seria destinado à formação de

fundos sociais de investimentos das empresas privatizáveis de capital aberto. Estima-se uma entrada de recursos da ordem de R\$ 6 bilhões ao ano nesses fundos para a compra de ações de estatais. Desse modo, a classe trabalhadora seria uma das acionistas do processo de privatização. Esses fundos seriam administrados pelos bancos privados. Caso não possamos contar com um nível de poupança próximo de 30% do PIB, será impossível o Brasil se tornar, de fato, uma nação emergente num mundo globalizado. Hoje essa poupança não ultrapassa 17% do PIB. Da mesma forma os investimentos. Eles deverão representar algo próximo a 30% do PIB, mas, atualmente, não atingem 18% do PIB.

Diante da redução da demanda, conforme indicamos, ficará mais confortável administrar a queda de preços para um nível inferior a 1% ao mês, bem como deslizar a banda cambial para uma faixa que assegure um desempenho superavitário da balança comercial. Com a queda da demanda agregada, a política monetária deve ser passiva, mas o verdadeiro compromisso da política de estabilização passa a ser a banda cambial e a desindexação dos salários e dos contratos. No entanto, num país com uma longa história de indexação, será muita ingenuidade supor que a desindexação geral da economia terá morte anunciada. A desindexação deverá morrer por conta própria, ou melhor, por conta dos próprios agentes econômicos ao deixarem de utilizá-la nos contratos de curto prazo. Quando isso ocorrer, será possível realizar ajustes anuais nominais de salários com ganhos de produtividade, e nada mais. Mas isso está longe para acontecer no Brasil. O sensato seria manter o salário mínimo indexado pelo INPC, ou qualquer outro índice de preços que o mercado preferir, sob a supervisão do governo. No mais haveria livre negociação, com reajustes semestrais, uma primeira fase, digamos um ano, e, caso o Real ganhe mais credibilidade, com taxas anuais de inflação tendendo a 15%, os reajustes passariam a ser anuais. Uma política de desindexação global dos salários criará muito mais confusão de natureza administrativa para o gover-

no do que manter alguns níveis de salários indexados, mas abrindo largo espaço à livre negociação. No que se refere à desindexação no mercado financeiro, esse merece igual preocupação como a dos salários. Neste segundo ano de Plano Real poderia-se abolir qualquer indexação no mercado financeiro com aplicações inferiores a três meses. A partir desse período, a TJLP seria a referência de rentabilidade para os mercados financeiros; e não os BBCs. Quanto à rentabilidade das cadernetas de poupança, a TR continuaria sendo a referência, mas passariam a ter taxas de juro diferenciadas para aplicações acima de 3, 6 e 12 meses. Qualquer resgate num período inferior a três meses o poupador perderia a rentabilidade (TR e juros). O mercado financeiro precisa manter formas de indexação para garantir investimentos de longo prazo. É prematuro esperar que o mercado financeiro possa praticar, no médio prazo, taxas equivalentes às do mercado internacional diante do déficit público de natureza financeira que vem se acumulando nas contas do governo federal. Entendo que os esforços deverão ser sempre no sentido de se manter a banda cambial fixa, deslizando-a, anualmente, rumo à estabilidade do balanço de pagamentos. Com garantias futuras da reforma tributária e fiscal, eliminando o déficit público, as taxas de juro poderão ser compatíveis com as do mercado externo. O verdadeiro crescimento sustentado surgirá quando estiver alicerçado numa poupança interna maior, no aumento da capacidade competitiva por meio da melhor formação do capital humano nacional, e no pleno aproveitamento da mão-de-obra existente. Para um país subdesenvolvido, modernidade deve ser sinônimo de prosperidade para toda a sociedade. Neste Brasil, que fez sua conversão tardia à democracia, não dispondo de uma constituição compreensiva aos cidadãos, que apresenta uma das piores distribuições de renda do planeta, é bom lembrar: entre o Céu e a Terra há muita água.

■ **Ernesto Lozardo, professor da FGV-SP, foi secretário de Planejamento do Estado de São Paulo**